

Do silêncio à marginalização: arte e África, IBA e UERJ

Prof. Dr. Roberto Conduru

Professor do Instituto de Artes da UERJ
Membro do CBHA

As relações entre arte e África são abordadas de diferentes modos, a partir da década de 1960, nos cursos de História da Arte oferecidos no Rio de Janeiro pelo Instituto de Belas Artes e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Como o XXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte tem como foco principal a formação dos historiadores da arte, inicialmente vale a pena relatar, de modo sucinto, o processo por meio do qual estão conectados estes cursos e instituições, para, em seguida, discutir a problemática das relações entre arte e África nos mesmos.

* * *

Criado em 1957, pela Secretaria de Cultura do Estado da Guanabara, o Instituto de Belas Artes – IBA – realizou o primeiro exame vestibular para o Curso de História da Arte em 1961. Tratava-se de um curso seriado, em três anos, o primeiro de história da arte em nível superior criado no Brasil. Em 1963, se formaram em sua primeira turma 13 historiadores da arte. Dez anos depois, de acordo com a legislação do ensino superior em vigor, o curso passou a ser de Licenciatura Plena em Educação Artística – Habilitação em História da Arte, e a ter duração mínima de quatro anos.

Após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, algumas transformações ocorreram no IBA e no Curso de História da Arte. O Instituto de Belas Artes foi renomeado como Escola de Artes Visuais – EAV. De acordo com a legislação vigente, a estrutura de ensino vigente na EAV, constituído por cursos livres destinados à formação de artistas, era inadequada para abrigar cursos de nível superior. Assim, o Curso passou a ser mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do novo Estado do Rio de Janeiro – SEEC/RJ. Provavelmente, essas transformações afetaram o andamento desse curso, pois, em 1976 e 1977, não foram realizados exames vestibulares para o mesmo.

¹Designado pelo Reitor, esse grupo de trabalho era composto pela professora Heloisa Maria Cardoso da Silva, então diretora da Faculdade de Educação da UERJ, e os pro-

Em 1977, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – foi constituído um grupo de trabalho¹ para estudar o caso do Curso Superior de História da Arte e que propôs a sua transformação no Curso de Educação Artística – Habilitação em História da Arte (Licenciatura Plena), de acordo com a legislação vigente.² Esse grupo de trabalho elaborou: uma proposta curricular que alterava “o mínimo possível o currículo então vigente e oferecido pela Escola de Artes Visuais da SEEC/RJ, limitando-se, apenas, a atualizar a nomenclatura de disciplinas de conteúdo artístico, de acordo com o já mencionado Parecer do Conselho Federal de Educação e acrescentando as disciplinas pedagógicas”, de acordo com as normas correntes na Universidade; um relatório que apontava a necessidade de criação do referido curso na Faculdade de Educação; e uma minuta de convênio a ser estabelecido pela SEEC/RJ e a UERJ.³

No início de 1978, foi firmado o convênio que definiu as responsabilidades: a SEEC/RJ dava prosseguimento ao curso, respondendo pela coordenação artística, enquanto a UERJ ficava incumbida da complementação pedagógica, de forma a permitir o registro dos diplomas, cabendo à Faculdade de Educação a supervisão geral do curso e a coordenação das disciplinas pedagógicas integrantes da licenciatura. Esse convênio menciona a possibilidade de absorção do curso no processo de expansão da UERJ, o que acabou acontecendo, ainda naquele ano, ficando o mesmo sob a responsabilidade da Faculdade de Educação, em cuja estrutura organizacional foi criado o Departamento de Educação Artística, que tanto absorveu alguns professores provenientes da EAV, quanto passou a contratar novos professores.⁴

Ainda em 1978, a proposta curricular elaborada pelo grupo de trabalho foi revista por docentes que atuavam no curso, chegando ao formato do Curso de Educação Artística – Habilitação em História da Arte (Licenciatura Plena), o qual, com algumas mudanças, permanece sendo oferecido até hoje, visto que o ingresso no mesmo se deu até 2001, mas ainda existem estudantes nele matriculados. No sistema de créditos, com duração de quatro anos, foi durante algum tempo a única licenciatura com habilitação específica em História da Arte, no Brasil.

Em 2002, a partir de um projeto elaborado pelos docentes do Departamento de Educação Artística, foi criado o Instituto de Artes da UERJ, subdividido em três departamentos: de Teoria e História da Arte, de Linguagens Artísticas, de Ensino de Arte e Cultura Popular. Na mesma data, foi implanta-

fessores Altair Gomes, Alcídio Mafrá e João Ruy Nogueira Medeiros. Processo UERJ 605/DAA/1980, Arquivo DEP/SR-1, p. 2.

²Parecer 1.284/73 do Conselho Federal de Educação.

³Processo UERJ 605/DAA/1980, Arquivo DEP/SR-1, p. 2-5.

⁴Entre 1963 e 1978, quando foi incorporado à UERJ, o Curso Superior de História da Arte havia formado 181 historiadores da arte.

da a reforma curricular que fora pensada pelo mesmo grupo, em anos precedentes, visando à atualização do curso, que permanecera muito similar por quatro décadas. O curso anterior foi substituído pelo Curso de Artes, com licenciatura e bacharelado nas habilitações Artes Plásticas e História da Arte, que funciona no sistema de créditos, com duração de quatro anos, e no qual ingressaram estudantes até 2005. Nesse ano, formaram-se seis historiadores da arte da primeira turma do bacharelado em História da Arte.

Em 2006, foi implantada uma nova reforma curricular elaborada pelos docentes do Instituto de Artes, a partir da necessidade de adequação dos cursos de licenciatura à legislação vigente, da experiência acadêmica mais autônoma no Instituto de Artes, do impacto da criação do Mestrado em Artes da UERJ, no início de 2005, e da análise do curso criado em 2002 por ocasião da conclusão do mesmo por sua primeira turma. O Instituto de Artes passou a oferecer três cursos em sistema seriado, com duração de quatro anos: uma licenciatura em Artes Visuais, um bacharelado em Artes Visuais e um bacharelado em História da Arte.

* * *

No Curso de História da Arte oferecido pelo IBA, a partir de 1961, estudava-se principalmente a história da arte ocidental, que estava subdividida em três períodos ao longo de sua duração: “História da Arte Antiga e Medieval”, “História da Arte do Século XV ao XVIII”, “História da Arte dos Séculos XIX e XX”. Além disso, os estudantes deviam cursar “História da Arte do Extremo Oriente”, “História da Arte das Américas”, “História da Crítica de Arte”, “História da Arte no Brasil”, “Estética”, “Teoria da Percepção” e “Didática”.

Nesse curso de história da arte, estruturado geopoliticamente, não há menção à África. A história da arte africana não era, portanto, considerada necessária à formação do historiador da arte no Brasil, fosse em si, ou como complemento da história da arte ocidental, como acontece no caso das produções artísticas do Oriente e das Américas. Silêncio que deriva de uma hierarquia segundo a qual a arte nesse continente ocupa um dos níveis inferiores, se não o mais baixo, na escala de valores históricos e artísticos.

Entretanto, no termo do convênio firmado entre a SEEC/RJ e a UERJ, em 1978, a disciplina Arte da África Negra e Oceania aparece na listagem da estrutura curricular do Curso de Educação Artística – Habilitação em História da Arte (Licenciatura Plena)⁵. Como, em relato do grupo de trabalho, é dito que seus integrantes limitaram-se, “apenas, a atualizar a nomenclatura de disciplinas de conteúdo artístico”⁶, provavelmente essa disciplina já existisse e tenha sido incluída no currículo em 1973, quando o Curso de História

⁵Processo UERJ 605/DAA/1980, Arquivo DEP/SR-1, p. 34.

⁶Processo UERJ 605/DAA/1980, Arquivo DEP/SR-1, p. 2.

da Arte passou a ser de Licenciatura Plena em Educação Artística – Habilitação em História da Arte, e a ter a duração mínima de quatro anos, podendo então serem incluídos os conteúdos antes desprezados. Embora passasse a estar presente, a África estava reduzida e vinha de par com a Oceania, constituindo uma unidade geopolítica obviamente secundária em relação ao Ocidente e às demais regiões geoculturais, como acontece nos manuais de história da arte escritos por Elie Faure e E. H. Gombrich.⁷

Na reforma curricular proposta pelos docentes do curso na UERJ, em 1978, a história da arte ocidental continuou sendo dominante. A disciplina Arte da África Negra e Oceania foi transformada em Arte Primitiva (África Negra, Oceania e outras), designação que, ainda no mesmo Processo, foi resumida a Arte Primitiva⁸. Inicialmente, espanta que, no processo de atualização da “nomenclatura de disciplinas de conteúdo artístico”, tenha se chegado a designar as produções artísticas da África e da Oceania como primitivas, quando essa qualificação pejorativa já fora e continuava sendo altamente questionada nas ciências sociais. Vale notar também que o termo *outras* deixa em aberto o campo de abrangência da disciplina, embora seja uma evidência da condição de alteridade imposta à arte a ser estudada.

O foco na *África Negra* – especificada na ementa da disciplina de modo geográfico, como “Arte da África Oriental, Central e Ocidental” – é estabelecido em função da dinâmica cultural do Ocidente: interessa a produção artística africana que foi articulada aos movimentos artísticos da modernidade europeia (Cubismo, Fauvismo, Expressionismo), silenciando sobre o Norte e o Sul da África, regiões usualmente excluídas da caracterização artística do continente. Por outro lado, além de não configurar a África de modo totalizante e uniforme, a ementa explícita que o objetivo da disciplina é capacitar o estudante a “conhecer e saber diferenciar as concepções criadoras de contextos sociais diversos”.

Centrando o estudo nas concepções criadoras e incluindo como parte dos conteúdos o “sentimento estético dos negros africanos”, a ementa reconhece a criatividade dos habitantes no continente e a presença da arte em suas sociedades. Entretanto, ao entender que essas concepções são “em sua maioria fruto de motivações mágico religiosas primitivas”, partilham das “hipóteses, explicações e preconceitos etno-filosóficos em torno das artes africanas”, para os quais, segundo Abdou Sylla, “suas produções culturais não seriam outra coisa que meios, instrumentos de técnicas religiosas. Tudo

⁷FAURE, Élie. Os trópicos. In: _____. *A arte medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 121-152; GOMBRICH, E. H. Estranhos começos. In: _____. *História da Arte*. São Paulo: Guanabara Koogan, 1993. p. 19-30.

⁸Processo UERJ 605/DAA/1980, Arquivo DEP/SR-1, p. 59, 125. Nesse processo, à página 79, o professor Sérgio Guimarães de Lima é indicado como o responsável pela disciplina.

é explicado pelas exigências da ordem religiosa e social.” Esse “princípio de religiosidade dos povos africanos” tanto seria o corolário de seu atraso científico e técnico (as ementas falam em sociedades e culturas, mas há o predomínio do mágico-religioso, como se lá a ciência não se fizesse presente), quanto impediu os africanos de terem preocupações estéticas ou determinou uma “beleza do acaso”, nas palavras de André Malraux.⁹

Pautada no par arte e ritual, a ementa conecta “expressão plástica e arte corporal”, extrapolando o campo das artes plásticas, valendo-se do diálogo entre as artes. Contudo, ao contrapor arte e religião, expressão plástica e corporeidade, a ementa faz pensar nas observações de Christopher B. Steiner sobre os paradigmas da história da arte africana estabelecidos a partir da prática do colecionismo¹⁰: a redução dessa produção artística a um formalismo universal que dispensa tanto o contato com os artistas e seus contextos sociais, quanto de expô-la acompanhada de textos interpretativos e informações contextualizantes, a esvaziando de seus conteúdos, significados. Abstração e silêncio que, suposta e curiosamente, não afetam a sua compreensão e o pleno acesso a seu poder mágico, que é capaz de ser percebido e usufruído mesmo por aqueles que lidam apenas com suas formas.

Na reforma implantada em 2002, persistiu a dominância da história da arte ocidental. A disciplina Arte Primitiva foi renomeada como Arte na África e na Oceania, ganhou uma nova ementa e deixou de ser uma disciplina obrigatória, passando à condição de disciplina eletiva oferecida pelo Departamento de Teoria e História da Arte a todas as habilitações do novo curso de Artes.¹¹

A disciplina passou a ter como objetivo “Estudar a arte nas sociedades da África e da Oceania. Analisar os fundamentos, as práticas e as reflexões das próprias sociedades sobre arte”, reconhecendo, portanto, a existência da problemática artística nas mesmas, sem a restringir ao âmbito religioso. No que tange às relações externas, a disciplina foi vinculada à problemática da cultura pós-colonial, tendo como objetivos tanto “estudar os desdobramentos artísticos do contato entre estas culturas e as ocidentais” – o que sugere transformações em ambas as direções –, quanto “rever as leituras que o eurocentrismo produziu: da historiografia colonialista aos estudos culturais recentes”, nas quais podem ser incluídas visadas externas e internas ao continente.

⁹ABDOU, Sylla. Criação e imitação na arte africana tradicional. In: ARAÚJO, Emanuel (Org.). *África e africanias de José de Guimarães*: espíritos e universos cruzados. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2006. p. 21-85.

¹⁰STEINER, Christopher B. The taste of angels in the art of darkness: fashioning the canon of African art. In: MANSFIELD, Elizabeth (Ed.). *Art History and its Institutions*: Foundations of a Discipline. London: Routledge, 2002. p. 132-145.

¹¹No processo UERJ 4018/DAA/1999, Arquivo DEP/SR-1, à página 58, aparecem como proponentes da ementa da disciplina, os professores Alberto Cipiniuk, Antonio Jardim, Gustavo Schnoor, Liana Rosemberg, Ricardo Basbaum, Roberto Conduru e Vera Siqueira.

Persistiu, contudo, o foco direcionado ao Ocidente. Por um lado, ao constituir como distintas e separadas a dinâmica da arte nas sociedades africanas e os contatos das mesmas com as ocidentais, a ementa parece insistir na idéia de que houve um período em que as culturas africanas estiveram isoladas entre si e do restante do mundo, sendo, portanto, puras; tempo anterior aos solavancos da modernidade, que essas sociedades teriam enfrentado de modo passivo. Corroborando essa imagem quase idílica de isolamento e pureza, há interesse exclusivo no contato – houve apenas um? – entre as culturas africanas e as ocidentais, esquecendo ou desprezando as relações dessas sociedades entre si e com as de outras regiões do planeta.

Na reforma curricular de 2006, ainda como eletiva, a disciplina Arte na África e na Oceania foi desdobrada em duas disciplinas: Arte e África e Arte e Oceania, cujas ementas foram elaboradas a partir da ementa existente. Obrigatórias, continuaram sendo as disciplinas de história e de historiografia da arte no Ocidente e no Brasil.¹²

A separação de África e Oceania reitera o isolamento das unidades construídas historicamente a partir da geografia física, mantendo o viés geopolítico dominante na estruturação da história da arte. A troca do pronome pessoal *na* pela conjunção aditiva *e*, no título, sugere pensar que *África*, assim como *Arte*, não é só um continente, mas também um termo problemático a ser analisado – o qual, segundo o poeta Abdelwahab Meddeb, “pode também ter a dignidade de um conceito cujo campo é a questão da relação entre história e antropologia”¹³. Também seguindo o que defende Olu Oguibe sobre a pertinência política da “formulação ativa de uma ‘identidade’ singular africana, de algum modo paralela ao pan-europeísmo e à construção do Ocidente”¹⁴, vale apontar a pertinência histórico-artística de isolar a África e pensá-la na tensão entre unidade e pluralidade, interna e externamente.

Na ementa da nova disciplina, os objetivos são praticamente os mesmos da ementa de 2002. O foco permanece direcionado ao Ocidente, pois, além de inserir as relações das sociedades no continente, a ementa continua a indicar apenas o estudo das relações entre as sociedades africanas e as ocidentais. Fica ainda por incluir as conexões africanas com sociedades de regiões não ocidentais, centrando a disciplina no continente, ou até a descentrando globalmente.

¹²No processo UERJ 5156/DAA/2005, Arquivo DEP/SR-1, à página 61, aparecem como proponentes da ementa da disciplina, os professores Alberto Cipiniuk, Luiz Cláudio da Costa, Maria Berbara, Ricardo Basbaum, Roberto Conduru, Roberto Corrêa dos Santos, Sheila Cabo e Vera Siqueira.

¹³ABDELWAHAB, Meddeb. *L’Afrique commence au Nord....* In: NJAMI, Simon et al. (Ed.). *África Remix. L’art contemporaine d’un continent*. Paris: Editions du Centre Pompidou, 2005. p. 45.

¹⁴OGUIBE, Olu. In the “Heart of Darkness”. In: FERNIE, Eric (Ed.). *Art history and its Methods*. London: Phaidon, 1995. p. 320.

E mais: pode-se dizer que o foco é conscientemente dirigido ao Ocidente, que a disciplina não só se ancora, mas que privilegia o estudo das relações culturais entre a África e o Ocidente na conjuntura pós-colonial. “A produção artística e o sistema de arte na África” são mencionados sucintamente, contrastando com os demais conteúdos da disciplina:

A África como unidade geopolítica e cultural – da invenção eurocêntrica às políticas atuais. Arte e cultura: alteridade nas relações entre África e Ocidente. Sociedades da África como unidades culturais inventadas pelo eurocentrismo. Arte e cultura: os outros do Ocidente. (...) A incorporação da arte negra no sistema cultural moderno. A questão do primitivismo e suas relações com a produção e o sistema artísticos, da Idade Moderna à contemporaneidade.

A era pré-colonial, a África anterior à presença europeia parece pouco interessar. Distinção temporal que persiste insinuando uma condição anterior de isolamento e pureza. Assim, a história da arte parece engajar-se no processo de mundialização em curso mantendo-se centrada no Ocidente e compreendendo a arte a partir dos contextos europeu e norte-americano.

Ainda na reforma curricular implantada em 2006, foi criada outra disciplina eletiva vinculada à questão da africanidade – Arte e Afro-brasilidade – que pretende “estudar a arte e o sistema de arte a partir das práticas culturais afro-descendentes no Brasil. Analisar os fundamentos, as práticas e as reflexões artísticas inerentes às práticas culturais afro-descendentes no Brasil. Estudar os desdobramentos artísticos derivados da migração das culturas africanas para o Brasil em confronto com referências das práticas artísticas e dos sistemas de arte ocidentais e autóctones. Rever as leituras que o eurocentrismo produziu: da historiografia colonialista aos estudos culturais recentes.”

Esse par de disciplinas traduz a vontade de pensar a África em conexão ao Brasil. A condição de eletiva dessas disciplinas indica, contudo, que as mesmas não são consideradas fundamentais, mas tão – somente complementares à formação de artistas, historiadores da arte e professores de arte no Brasil. Vontade e condição que se relacionam ambigualmente com a realidade sociocultural brasileira e, em particular, com a legislação derivada das políticas do governo federal no período 2003-2006 visando a corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania dos afro-descendentes. A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, determina que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, especificando que “os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito do todo o currículo escolar, *em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras*”. Des-

dobrando essa lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e aprovadas em 2004, determinam que esse ensino se desenvolva no cotidiano das escolas, particularmente como conteúdos das disciplinas de Artes e História do Brasil. Esse documento também indica que, entre outras ações, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de educação básica precisam providenciar: a “organização de centros de documentação, bibliotecas, mídiotecas, *museus*, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afro-descendentes”; a “divulgação pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como (...) *reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana* a serem distribuídos nas escolas da rede com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo” (grifos do autor).¹⁵

Por um lado, há as afinidades e os descompassos com essa legislação e a dinâmica sociocultural a ela vinculada. Por outro, os impasses da história da arte no que tange à idéia de arte como uma questão universal no âmbito do processo de mundialização contemporâneo. Vias diversas que indicam ser necessário rever a condição marginal que as conexões entre arte e África têm atualmente nos cursos de graduação em arte na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁵DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPP/IR/SECAD/INEP, 2004.